

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Jaguaruina S.A. submete à apreciação dos Senhores as demonstrações contábeis da companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

**A Administração**

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpf.com.br/ri](http://www.cpf.com.br/ri).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)**

	2011	2010		2011	2010
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	60	152	Fornecedores	4	8
Tributos a compensar (nota 5)	1.341	1.347	Outras contas a pagar (nota 6)	572	570
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.401</b>	<b>1.499</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>577</b>	<b>578</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Adiantamento para futuro aumento de capital	—	445
Tributos a compensar (nota 5)	1.109	1.128	<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>—</b>	<b>445</b>
Intangível	44	50	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 7)</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.153</b>	<b>1.178</b>	Capital social	2.926	2.481
			Prejuízos acumulados	(948)	(827)
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.977</b>	<b>1.654</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.554</b>	<b>2.677</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.554</b>	<b>2.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Jaguaruina S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado que em 2008 atuava como controladora de um grupo de Sociedades que prestam serviços públicos de geração e distribuição de energia elétrica.

**(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 07 de março de 2012. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.4 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

**(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros: i. registrados pelo valor justo por meio do resultado; Ativos mantidos para negociação e designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis I, II e III para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que todos nossos ativos financeiros estão classificados no Nível I. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros: i. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 6). **3.2 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. **3.3 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**(4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O saldo de R\$ 60 (R\$ 152 em 2010) corresponde a operações de curto prazo realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características, liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**(5) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	2011	2010
<b>Circulante</b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	8	8
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	7	7
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.326	1.332
<b>Total</b>	<b>1.341</b>	<b>1.347</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	108	127
Imposto de renda a compensar - IRPJ	1.001	1.001
<b>Total</b>	<b>1.109</b>	<b>1.128</b>

Os tributos e as contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente, a Administração da Sociedade acredita ser possível a recuperação destes tributos.

**(6) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	2011	2010
Outros	572	570
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>570</b>

Valores referentes a créditos relativos a instrumento de dívidas e outras avenças e valores referentes ao contrato de compra e venda CMSC-CMSE - Mútuo.

**(7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está assim distribuída.

Acionistas	Quantidade de Ações	
	Total	%
CPFL Energia S.A.	189.620.160	100,00%
<b>Total</b>	<b>189.620.160</b>	<b>100,00%</b>

**7.1 Aumento de capital social:** Através da Reunião de Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. de 30 de novembro de 2011, foi aprovado aumento de capital social da companhia no montante de R\$ 445, referente à capitalização de AFAC, sem emissão de novas ações. **7.2 Absorção de prejuízo do exercício:** No ano de 2011, a Companhia apresenta um prejuízo de R\$ 121 (R\$ 526 em 2010) que será absorvido.

**(8) DESPESAS OPERACIONAIS**

	2011	2010
Serviços de terceiros	78	78
Depreciação e amortização	6	—
Outros	2	(10)
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>68</b>

**(9) RESULTADO FINANCEIRO**

	2011	2010
<b>Despesas</b>		
Outros	(11)	(79)
<b>Total</b>	<b>(11)</b>	<b>(79)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(11)</b>	<b>(79)</b>

**(10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O PREJUÍZO LÍQUIDO**

	2011		2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	(97)	(97)	(147)	(147)
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Diferença de taxas de depreciação	28	24	1.388	1.216
<b>Base de cálculo</b>	<b>(69)</b>	<b>(73)</b>	<b>1.241</b>	<b>1.069</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(6)</b>	<b>(18)</b>	<b>(112)</b>	<b>(267)</b>
<b>Total</b>	<b>(6)</b>	<b>(18)</b>	<b>(112)</b>	<b>(267)</b>

**(11) GESTÃO DE RISCO**

O negócio da Companhia compreende geração e comercialização de energia elétrica. Como autorizada do serviço público, são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração da controladora e a Diretoria Executiva têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. A Diretoria Executiva criou uma Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos e estabeleceu o Comitê de Gerenciamento Corporativo de Riscos. Desde sua criação, a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, elaborou a Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da controladora, constituiu o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, composto por diretores indicados para representar cada Unidade de Gestão e seu regimento interno, e desenvolveu o modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo no que tange à Estratégia (direcionamento, mapa de riscos e tratamento), Processos (planejamento, execução, monitoramento e reporte), Sistemas, Organização e Governança. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo. O Conselho Fiscal do Grupo CPFL é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões ad hoc de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Conselho Fiscal. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN, de julho de 2010, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia elétrica para o ano de 2011 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia utiliza de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)**

	2011	2010
<b>DESPESAS OPERACIONAIS (nota 8)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(87)	(78)
Outras despesas operacionais	—	10
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>(87)</b>	<b>(68)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO (nota 9)</b>		
Despesas financeiras	(11)	(79)
<b>PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(97)</b>	<b>(147)</b>
Contribuição social (nota 10)	(6)	(112)
Imposto de renda (nota 10)	(18)	(267)
<b>Total</b>	<b>(24)</b>	<b>(379)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(121)</b>	<b>(526)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

	Capital Social	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>2.481</b>	<b>(301)</b>	<b>2.180</b>
Prejuízo líquido do exercício	—	(526)	(526)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>2.481</b>	<b>(827)</b>	<b>1.654</b>
Integralização de Capital	445	—	445
Prejuízo líquido do exercício	—	(121)	(121)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>2.926</b>	<b>(948)</b>	<b>1.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)**

	2011	2010
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Prejuízo antes dos tributos	(97)	(147)
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Depreciação e Amortização	6	1
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Partes Relacionadas	—	10
Outros Ativos Operacionais	—	13
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(4)	(47)
Outros Passivos Operacionais	2	28
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(93)</b>	<b>(142)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de Imobilizado	—	(12)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>—</b>	<b>(12)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	—	305
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>—</b>	<b>305</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(93)</b>	<b>151</b>
<b>SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>152</b>	<b>1</b>
<b>SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>60</b>	<b>152</b>
<b>INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES</b>		
Aumento de capital através de Adiant. para Futuro	—	—
Aumento de Capital	445	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais)**

	2011	2010
<b>1 - RECEITA</b>	<b>—</b>	<b>20</b>
1.1 Receita Diversas	—	20
<b>2 - (-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(80)</b>	<b>(87)</b>
2.1 Serviços de terceiros	(78)	(98)
2.2 Outros	(2)	11
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(80)</b>	<b>(67)</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>	<b>(6)</b>	<b>(1)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(6)	(1)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>(87)</b>	<b>(68)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO A DISTRIBUIR</b>	<b>(87)</b>	<b>(68)</b>
<b>7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(87)</b>	<b>(68)</b>
7.1 Impostos, taxas e contribuições	24	438
7.1.2 Federais	24	438
7.2 Remuneração de capital de terceiros	11	20
7.2.1 Juros	11	20
7.3 Remuneração de capitais próprios	(121)	(526)
7.3.1 Prejuízos Absorvidos	(121)	(526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

instrumentos financeiros contratados pela Companhia estão suportados por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem política formalizada para contratação de instrumentos derivativos apenas para fins de hedge, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

**WILSON P. FERREIRA JUNIOR**  
Diretor Presidente

**LORIVAL NOGUEIRA LUZ JUNIOR**  
Diretor Financeiro

**JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO**  
Diretor Administrativo

**ANTÔNIO CARLOS BASSALO**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP085131/O-8